

Recomendação

Pela melhoria da ferramenta de acompanhamento público dos projetos do Orçamento Participativo de Matosinhos

A Constituição da República Portuguesa consagra o direito dos cidadãos à participação na vida política e na gestão dos assuntos públicos, bem como o direito ao esclarecimento sobre a atividade do Estado e das entidades públicas. A democracia representativa é, por esta via, reforçada quando se articula com mecanismos de democracia participativa que promovem o envolvimento dos cidadãos nos processos de desenvolvimento, de tomada de decisão e de acompanhamento de políticas públicas.

As ferramentas de Orçamento Participativo (OP) constituem, neste contexto, um instrumento estruturante de participação cívica, ao permitirem que os munícipes proponham projetos nas suas comunidades e decidam sobre a afetação de uma parte do orçamento municipal. O OP de Matosinhos, implementado pela 1ª vez em 2024, tem-se consolidado como um mecanismo relevante nesta aproximação entre cidadãos e decisões de investimento local em cada freguesia, promovendo maior envolvimento cívico, diversidade de propostas e uma cultura de co-responsabilização na gestão de recursos públicos.

Contudo, a eficácia destes instrumentos depende não apenas da fase de apresentação e votação de propostas, mas também, e sobretudo, da fase de execução, monitorização e avaliação pública dos projetos aprovados ao longo do tempo. A confiança pública consolida-se quando os cidadãos conseguem acompanhar, de forma simples e intuitiva, o estado de implementação das propostas que ajudaram a escolher, conhecendo prazos, níveis de execução, eventuais constrangimentos e resultados alcançados.

À semelhança de Matosinhos, diversos municípios em Portugal implementaram já OPs e respetivos mecanismos de prestação de contas. Alguns destes, como é o caso de Cascais ou de Lisboa, incluem nas suas plataformas institucionais *dashboards* públicos com informação detalhada sobre o processo de auscultação, estado de execução dos projetos,

montantes atribuídos e executados, calendarização prevista e efetiva, bem como elementos adicionais de enquadramento estratégico (como a associação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), entre outras informações relevantes.

Estas soluções permitem não apenas acompanhar a execução corrente, mas também consultar o histórico de edições anteriores de forma comparável e sistematizada. Ao disponibilizar dados estandardizados e facilmente interpretáveis, promove-se uma cultura de prestação de contas continuada, valoriza-se o próprio instrumento do OP e cria-se um ambiente de maior previsibilidade e confiança no processo participativo.

Embora o Município de Matosinhos disponibilize informação geral sobre as edições do OP e os projetos vencedores, a ferramenta atual apresenta limitações na sistematização, granularidade e comparabilidade da informação disponibilizada. Desde logo, destaca-se que o modelo existente não permite identificar claramente a fase em que cada projeto se encontra ao longo do seu ciclo de implementação, nem consultar de modo uniforme o valor atribuído e o montante efetivamente executado. Acresce que, no caso de projetos já concluídos, a informação sobre a sua concretização tende a surgir dispersa por comunicações institucionais avulsas, não estando agregada numa ficha individual de acompanhamento que permita uma leitura contínua e consolidada do percurso em detalhe de cada iniciativa.

Num município que lidera rankings nacionais de transparência, a procura pela consolidação de práticas que tornem a informação mais acessível, inteligível e orientada para o cidadão comum deve ser uma prioridade. No âmbito de um instrumento de participação direta como o Orçamento Participativo, esta exigência assume especial relevância, por se tratar de um processo que nasce da iniciativa cidadã e se legitima pela confiança pública na sua plena execução.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Matosinhos, reunida a 23 de fevereiro de 2026, delibera recomendar ao executivo da Câmara Municipal de Matosinhos que:

- Promova a melhoria da atual ferramenta de acompanhamento público dos projetos do Orçamento Participativo de Matosinhos, integrando informação atualizada, de fácil navegabilidade e sistematizada entre projetos;
- Assegure que sejam disponibilizados, de forma standardizada, os seguintes elementos mínimos de informação pública:
 - Registo dos diferentes Conselhos de Cidadãos realizados, com informação sobre o local, data, número de participantes e o número de propostas apresentadas em cada sessão;
 - Registo de informação detalhada de cada projeto vencedor com:
 - Descrição dos projetos, incluindo objetivos e enquadramento territorial;
 - Destinatários diretos dos projetos, identificando o público-alvo ou comunidade beneficiária;
 - Integração com eixos estratégicos municipais e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), quando aplicável;
 - Número de votos associados;
 - Valor do apoio atribuído, incluindo eventuais atualizações do montante executado;
 - Estado de execução e ponto de situação atualizado, com indicação da fase em que se encontra o projeto (em análise técnica, em contratação, em execução, concluído ou não executado);
 - Registo fotográfico, sempre que aplicável, permitindo evidência visual da concretização do projeto;

- Periodicidade mínima de atualização da informação, com indicação visível da data da última atualização.
- Garanta que esta informação seja pública e acessível, quer para residentes quer para não residentes, reforçando a dimensão de transparência externa e a atratividade institucional do Município.

Matosinhos, 19 de fevereiro de 2026

Os deputados da Iniciativa Liberal,

Beatriz Vieira

Daniel Dias